



---

O Jornal diário dos  
Ancepianos  
28 de Agosto -12 h

## AUDITORIA REFORÇA A SUPERVISÃO BASEADA EM RISCO, AFIRMA A PREVIC



A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) realizou na sexta-feira (24), no auditório do Ministério da Fazenda em Brasília, o Seminário: “Boas práticas de Auditoria Interna e Independente em Fundos de Pensão”, evento ao qual esteve presente o Presidente da Ancep, Roque Muniz (foto, ao centro), que elogiou o seu alto nível técnico e o diálogo que a partir daí se tornou possível. O objetivo foi compartilhar experiências em auditoria nas principais entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e colher subsídios para elaboração de guia de melhores práticas sobre o tema.

O Diretor-Superintendente da Previc, Fábio Coelho, destacou que as auditorias internas apoiam as linhas de defesa dos fundos de pensão e fortalecem os aspectos da Supervisão Baseada em Risco (SBR). Fábio ressaltou a importância de uma maior evolução na cultura da governança e respeito aos processos decisórios nas entidades.

O Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Previc, Sérgio Djundi Taniguchi, falou da relevância da supervisão prudencial,

com a implantação da SBR, que trouxe uma mudança de paradigma no modelo de fiscalização da Autarquia. “A Previc espera que todas as entidades desenvolvam uma gestão e uma governança baseada em risco. Lembrando que a forma de supervisão da autarquia dependerá dos riscos incorridos e da qualidade de gerenciamento desses riscos realizado pelas entidades”, ressaltou o diretor.

Sérgio também apontou os principais pontos de melhoria a serem trabalhados pelas entidades: ausência e não adequação de documentos para escolha de determinados ativos, quanto aos aspectos formais e controles internos; investimentos incompatíveis com a Política de Investimentos; análise superficial de riscos dos investimentos; e omissão no acompanhamento da atuação dos gestores terceirizados.

Ricardo Cavalcanti, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), citou os principais aspectos do novo relatório do auditor independente. “Para este novo relatório resalto a importância da auditoria ter início, meio e fim: planejamento, execução de testes de controles e conclusão, caso contrário, será difícil redigir o relatório, e ainda a redação dos principais assuntos de auditoria precisam ser exaustivamente discutidos com os órgãos da alta administração”, destacou o contador.

Em seguida foi realizada um painel sobre auditoria interna em fundos de pensão, mediada pelo Coordenador-Geral de Inteligência e Gestão de Riscos, Lúcio Capelletto. A sessão contou com a participação de Arilson Gonçalves, Gerente de Auditoria e Controle da Centrus, Marcos Alexandre Teixeira, Auditor-Chefe da Previ/BB, Elíbio Estrela, Gerente de Auditoria da Funcef e Antônio Drumond, Coordenador de Auditoria da Funpresp-Exe.

Marcelo Fridori, Diretor de Finanças do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), falou sobre os aspectos mais relevantes de uma auditoria interna, destacando sua definição como “atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização”. “Ressalto aqui a importância do Código de Ética que estabelece os princípios e expectativas que guiam o comportamento dos indivíduos e organização na condução da auditoria interna. Lembro ainda que o auditor externo não está dentro da entidade e que as linhas de defesa estão dentro da entidade”, disse Marcelo Fridori.

Ao final, Christian Catunda, Diretor de Orientação Técnica e Normas da Previc, reforçou os principais pontos destacados durante o evento e fez suas considerações finais. As apresentações do Seminário estão disponíveis no site da Previc. ACesse através do link <http://www.previc.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/apresentacoes/seminario-boas-praticas-de-auditoria-interna-e-independente-em-fundos-de-pensao-24-08-2018> (Assessoria de Comunicação da Previc / Jornalismo da Ancep)

## eSOCIAL: Toda orientação no momento em que mais se precisa dela

Na linha de promover sempre eventos necessários, isto é, aqueles que realmente atendem a uma necessidade dos profissionais naquele momento, a ANCEP vai promover no dia 14 de novembro, em **Curitiba**, o seminário **eSocial-Melhores Práticas Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais**. Em seguida as apresentações serão feitas no **Rio de Janeiro** (26/11), em **Porto Alegre** (27/11), **Recife** (03/12) e **Belo Horizonte** (04/12).

Em resumo, no momento em que mais precisam ser melhor orientados os contadores estarão recebendo toda a orientação de que precisam em relação ao assunto, em especial objetivos e conceitos envolvidos, legislação, tabelas obrigatórias, prazo de envio, reflexos e benefícios, geração de informações e tudo mais que for necessário saber a respeito.

Para se inscrever busque <http://www.ancep.org.br/wp/seminario/seminario-esocial-melhores-praticas-trabalhistas-previdenciarias-e-fiscais>

Quem está à frente desse seminário é um dos mais respeitados estudiosos e especialista em nossa área. Edgar Silva Grassi é Diretor de Administração e Seguridade da CBS Previdência. Contador, com MBA em Gestão Financeira e Atuarial pela FIPECAFI. Cursando Program for Management Development ( ISE Business School – Barcelona). Membro do Conselho Deliberativo da ANCEP e Conselho Fiscal do SINDAPP, coordenador da CTR Sudoeste de Contabilidade ABRAPP e ANCEP.

Instrutor do curso de Gestão de EFPCs (Fundos de Pensão) da FIPECAFI/USP. Profissional certificado pelo ICSS por Experiência com Ênfase em Administração e por Prova em Ênfase em Investimento.

O Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, também conhecido pelo nome fantasia eSocial, é um projeto do governo que visa unificar o envio dos dados sobre o trabalhador em um site e permitir que as empresas prestem as informações uma única vez. A partir da regulamentação da emenda constitucional nº 72/2013, seu uso tornou-se obrigatório para todos os empregadores, aparecendo entre os seus principais benefícios a redução da burocracia e uma melhor fiscalização das obrigações trabalhistas.

## Petros: lideranças sindicais apresentam proposta alternativa para equacionamento de déficit

O presidente da Petros, Walter Mendes, e o diretor de Seguridade, Flavio Castro, receberam na sexta-feira, dia 24, informa o **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL**, representantes de entidades sindicais que apresentaram proposta alternativa para o Plano de Equacionamento (PED) do PPSP, em curso desde março para cobrir um déficit de R\$ 27,7 bilhões.

A proposta apresentada prevê aumento de 30% nos percentuais das contribuições normais; introdução de contribuição normal para as pensionistas com as mesmas tabelas utilizadas para ativos e aposentados; e reajuste anual dos benefícios durante cinco anos pelo IPCA deduzido de 2,5%;

Constam ainda entre as propostas um modelo de Benefício Definido Previamente (BDP) e reajuste anual do seu valor nos primeiros cinco anos, com base no IPCA deduzido de 2,5%; introdução de contribuição adicional de 20% sobre o valor do pecúlio por morte, e introdução de contribuição adicional provisória, com percentual de 50%, a ser aplicada sobre o valor do abono anual líquido da contribuição normal durante os 10 primeiros anos após aprovação da proposta. O presidente da Petros ressaltou que as áreas técnicas da Fundação vão analisar a proposta do ponto de vista financeiro e jurídico.

## Previdência fechada luta para voltar a ser atrativa

A previdência privada fechada vive o dilema da pouca atratividade de novos participantes. Além de problemas com investimentos ruins feitos por algumas fundações, que mancharam a imagem do setor como um todo, pouco interesse das empresas patrocinadoras em abrir novos fundos e a redução das contratações formais pela CLT colaboram para a situação. Desde 2005, não são criadas novas fundações. Estimular os planos setoriais e a categoria dos planos família são as apostas da Abrapp, informa o **VALOR ECONÔMICO**.

Ambos, conforme explica o presidente da Abrapp, Luís Ricardo Martins, pertencem à categoria de planos instituídos que não dependem de um patrocinador. A aposta se deve ao desempenho dos planos instituídos – normalmente criados por entidades de classe para profissionais autônomos. Entre 2010 e fevereiro deste ano, saltou em número de participantes de 84 mil para 316 mil, e, em ativos, foi de R\$ 1,08 bilhão para R\$ 10 bilhões, na mesma base de comparação, segundo dados da Abrapp. O plano família será oferecido pelas fundações aos familiares dos funcionários. Já o setorial foca em ramos de atividades. “O Setorial já existia, mas infelizmente a ideia não foi abraçada como deveria e estamos fazendo um esforço para divulgar e estimular a criação de produtos”, comenta Martins.

Hoje, há apenas um em atividade, IndustriaPrev, criado em 2015 pela Previsc – Sociedade de Previdência Complementar do Sistema Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina). “Nós já administrávamos o plano da Fiesc para seus funcionários, mas a ideia era atender aos trabalhadores das indústrias do Estado”, comenta Regídia Frantz, superintendente da Previsc. O plano setorial IndustriaPrev tem 1.500 participantes de 44 indústrias de Santa Catarina e R\$ 7 milhões em patrimônio. Mesmo sendo um produto instituído, o gestor optou por um modelo híbrido, dando liberdade para que as indústrias patrocinassem ou não o plano. “Temos indústrias que contribuem com o funcionário, outras que não e algumas que fazem eventualmente”, explica Regídia, destacando o potencial de crescimento no Estado, que tem 50 mil indústrias, sendo que “90% pequenas e médias que não teriam como ter planos próprios”. Até 2020, meta é ter 8 mil participantes. O retorno da maior parte da carteira de investimento (perfil moderado) do IndustriaPrev em 12 meses, até maio, estava em 8,02%.

“Todo o debate sobre mudanças no INSS e envelhecimento da população deve ajudar a difundir a proposta dos planos setoriais”, diz Martins, da Abrapp. “A previdência fechada, por não visar lucro como os VGBL e PGBLs, vendidos por bancos, é uma boa alternativa e vamos trabalhar esta ideia.” Diferentemente dos fundos fechados, nos produtos bancários há taxas de administração, taxas de carregamento – parte do aporte fica com o banco. Por outro lado, comenta Daniel Fuks, especialista em finanças pessoais e sócio da Skuf Investimentos, os fundos abertos são mais transparentes. “Por má gestão, muitos fundos fechados estão em sérias dificuldades. Querem resolver aumentando o número de participantes, mas não adianta colocar mais gente em um modelo ruim”, critica Fuks. Do ponto de vista do investidor, o principal ponto que joga contra os fundos fechados, comenta o analista, é a tributação. “O investidor que declara IR na tabela simplificada não pode abater as contribuições, mas quando resgata é tributado como se fosse um PGBL”, explica Fuks chamando de bitributação imposta ao participante de planos fechados.

O presidente da Abrapp reconhece que a tributação prejudica. “É um problema antigo que tentamos resolver. Não temos benefícios como o VBGL, que não é abatido no IR declarado hoje, mas também não paga depois. É desigual, e estamos tentando resolver isto”, diz Martins. Sobre o déficit declarado da Previdência Complementar Fechada, principalmente dos planos patrocinados, o executivo destaca dois pontos. Primeiro, os novos planos setoriais terão recursos segregados. “É para atrair novos participantes e não resolver problema de caixa. As fundações no vermelho vão ter que encontrar saídas e se reequilibrar”, diz reafirmando que a previdência fechada parou de crescer “e é isto que queremos resolver”. Além disso, afirma, os problemas são localizados e, “infelizmente acabam prejudicando a imagem”, mesmo sendo sólida a situação da maioria dos planos.

Em um segundo texto, o site do jornal registra que a outra aposta da Abrapp para atrair participantes para a previdência fechada é o plano família, que agora também pode ser ofertado pelas fundações que administram os planos patrocinados. Nos planos instituídos – sem aporte patronal – já existia esta categoria, de membro indireto, permitindo que esposa, filhos ou dependentes legais fizessem a adesão e contribuíssem para suas aposentadorias. Faltava encontrar uma alternativa para que as fundações, que administram os patrocinados, pudessem também fazê-lo.

“Como a Abrapp é uma associação cujos filiados são as fundações, como Previ, Petros entre outras, juridicamente nós podemos criar fundos instituídos para nossos associados”, explica Luís Ricardo Martins, presidente da Abrapp. São estes planos instituídos que as fundações já podem ofertar aos familiares dos participantes. A Abrapp pretendia que os planos família abarcassem parentes de até terceiro grau, mas o regulador limitou a segundo grau. Martins destaca que os produtos são independentes – o patrocinado, para os funcionários das empresas, e o instituído para suas famílias. “Eles não se comunicam.”

Um dos primeiros planos família criados, no final do ano passado, é da Fundação Copel, que administra o fundo de previdência fechado dos funcionários da companhia de energia Copel, entre outros. “Havia uma demanda dos nossos participantes para que seus familiares estivessem mais amparados, podendo contribuir também para suas aposentadorias”, explica Lindolfo Zimmer, presidente da fundação. “Somos partidários da ideia da Abrapp de que precisamos fomentar a previdência fechada, dar perenidade ao modelo e atrair novos participantes”, diz, lembrando que há total segregação entre os recursos do plano família e o do fundo patrocinado, apenas para os funcionários.

O plano família da Fundação Copel tem mais de 1.700 pessoas, em sua grande maioria parentes de primeiro grau, esposas e filhos. A idade média é de 26 anos, mas com uma parcela relevante de crianças e jovens. “Quando fomos montar o plano, fizemos um estudo da viabilidade e chegamos a 1.200 vidas como necessárias para dar viabilidade e equilíbrio ao fundo e batemos rapidamente nossa meta” comemora Zimmer. A expectativa é fechar 2018 com 2.000 mil vidas. “A Fundação Copel tem 40 anos de atuação sem qualquer problema de gestão ou inadimplência, além de bom retorno dos investimentos, em vários momentos, bem mais que os VGBLs e PGBLs de bancos, que têm taxas e custos mais altos.” Hoje, o patrimônio do plano família, da Copel, é de R\$ 5,5 milhões.

A Previ, que administra a previdência dos funcionários do Banco do Brasil (BB), também tem planos de ofertar um Plano Família. “A prospecção de novos públicos e planos faz parte de nosso planejamento estratégico. Esse é um desafio que se alinha ao nosso objetivo estratégico de gestão eficiente e eficaz, pois visa avaliar possibilidades de ampliar nossa base de associados e contribuir para o equilíbrio de longo prazo da entidade”, explica Marcel Barros, diretor de Seguridade da Previ, lembrando que um plano como o Previ Família também é uma demanda antiga dos associados, interessados em estender a segurança da Previ para seus familiares. A Previ tem cerca de 200 mil associados e administra um patrimônio de R\$ 160 bilhões.

O executivo questionado sobre suspeitas de irregularidades em algumas fundações e escolha ruins de investimentos, que repercutem na imagem do setor como um todo, afirma que “que não houve qualquer constatação de irregularidade ou indiciamento dos nossos dirigentes e executivos em investigações. Pelo contrário – a Previ foi mencionada pela CPI dos Fundos de Pensão como um exemplo de gestão para o setor”.